



# Relatório Demonstração Contábil AUTARQUIA

# 2018 JUNHO

**RECI  
PREV**

**SAÚDE  
RECIFE**

**Autarquia Municipal de Previdência e Assistência  
à Saúde dos Servidores**

**[www.reciprev.recife.pe.gov.br](http://www.reciprev.recife.pe.gov.br)**

# Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores

## RELATÓRIO DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL

# JUNHO 2018

### Diretoria - Executiva

#### Diretor-Presidente

Manoel Carneiro Soares Cardoso

#### Vice Diretor-Presidente

Francisco Canindé Antunes Furtado Jr

#### Gerente Administrativo e Financeiro

Elcio Ricardo Leite Guimarães

#### Gerente Jurídico

Mariana Trigueiros de Freitas

#### Gerente de Previdência

Anna Paula Almeida Nunes e Silva

#### Gerente de Investimentos

José Marcos Alves de Barros

#### Gerente do Saúde Recife

Ana Maria Bezerra Cavalcanti Marques

### Equipe Técnica

#### Chefe da Divisão de Contabilidade

Márcia de Sá Carvalho Machado

#### Assistente

Áureo Ricardo

#### Colaboradores

Camila Paz

Maria Celeste

Letícia Ferraz

### Controle Interno

#### Gestora da Unidade de Controle Interno

Juliana Cottard Giestosa

#### Chefe do Setor de Apoio ao Controle Interno

Gustavo Lins Dourado

## 1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

---

A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais.

O processo de evolução da contabilidade do setor público deve ser analisado de forma histórica e contextualizada com o próprio processo de evolução das finanças públicas.

Nesse sentido, o primeiro marco histórico foi a criação da Lei nº 4.320/1964, que estabeleceu importantes regras para propiciar o controle das finanças públicas, bem como a construção de uma

administração financeira e contábil sólidas no País, tendo como principal instrumento o orçamento público.

Deste modo, o orçamento público ganhou significativa importância no Brasil. Como consequência, as normas relativas a registros e demonstrações contábeis, vigentes até hoje, acabaram por dar enfoque sobretudo aos conceitos orçamentários, em detrimento da evidenciação dos aspectos patrimoniais.

## 2. DEMONSTRAÇÕES

---

### 2.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO

O Ativo faz parte das Contas Patrimoniais e compreende o conjunto de bens e direitos da organização, possuindo valores econômicos e podendo ser convertido em dinheiro, proporcionando assim ganhos para a empresa.

Para que algo possa ser considerado um ativo, é necessário que ele cumpra quatro requisitos:

- Constituir bem ou direito para a empresa;
- Ser de propriedade, posse ou controle da sociedade;
- Ser mensurável monetariamente;
- Trazer benefícios ou expectativa de benefícios para a empresa.

O dinheiro é o ativo por excelência, pois é o meio de troca da economia e sua liquidez é plena.

O Ativo se divide em duas partes:

- **Ativo circulante:** estão todos os bens da companhia que são facilmente convertidos em dinheiro, como contas a receber, aplicações, estoque, entre outros.
- **Ativo não circulante:** são os bens que têm permanência duradoura, isto é, que não são facilmente convertidos em dinheiro, como imóveis, investimentos, entre outros.

<b>AUTARQUIA</b>	
<b>Composição Ativo Real – Junho2018</b>	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 13.125.603,17</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 12.247.584,38
Faturas/Duplicatas a Receber	R\$ 5.801,27
Suprimento de Fundos	R\$ 34.400,00
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	R\$ 346,13
Outros Créd. a Receber e Valores Curto Prazo-Consolidação	R\$ 138.708,51
Investimentos e Aplicação Temporárias a Curto Prazo	R\$ 306.391,47
Estoque	R\$ 392.371,41
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>R\$ 2.296.159,07</b>
<b>Outros Créditos</b>	
Imobilizados	<b>R\$ 2.296.159,07</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 15.421.762,24</b>

## 2.2 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

O passivo são as obrigações da organização, entidade ou empresa para com terceiros, por sua natureza e por sua expressão monetária. Ele também faz parte das Contas Patrimoniais. É a parte negativa do patrimônio e identifica a origem dos recursos aplicados. As contas representam os recursos de terceiros que foram usadas e são classificadas segundo a ordem decrescente de exigibilidade, elas são classificadas de acordo com seu vencimento, através do curto e longo prazo. Igualmente ao ativo, o Passivo também se divide em duas partes:

- **Passivo circulante:** classificam-se as contas que representam obrigações da empresa para com terceiros no curso do exercício seguinte como por exemplo, salários a pagar, fornecedores e imposto a pagar.
- **Passivo não circulante:** Já os não circulantes são obrigações da entidade que devem ser quitadas cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial. A exemplo do financiamento e empréstimos de instituições financeiras.

AUTARQUIA	
Composição Passivo Real – JUNHO 2018	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$ 8.522.825,43</b>
Fornecedores Nacionais	R\$ 5.913.256,52
Consignações	R\$ 1.981.223,64
Depósitos não judiciais	R\$ 550.231,37
Consignações Bancárias	R\$ 39.244,95
Consignações de associações	R\$ 4.304,22
Consignações em favor dos planos de saúde	R\$ 13.283,56
Outros Valores Restituíveis	R\$ 3.427,75
Outras Obrigações a curto prazo-consolidação	R\$ 1.800,00
Encargos sociais a pagar	R\$ 15.854,63
Restituição Despesas Telefone-FL Pagto	R\$ 198,79
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.522.825,43</b>

**Manoel Carneiro Soares Cardoso**  
Diretor-Presidente da AMPASS

**Francisco Canindé Antunes Furtado Júnior**  
Vice Diretor-Presidente da AMPASS

**Élcio Ricardo Leite Guimarães**  
Gerente Administrativo e Financeiro da AMPASS

**Márcia de Sá Carvalho Machado**  
Chefe de Divisão de Contabilidade da AMPASS